

RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.135 - MT (2018/0084229-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **SINDICATO RURAL DE CAMPOS DE JULIO**
ADVOGADO : **ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - MT005868A**
ADVOGADA : **ANDRESSA CALVOSO DE CARVALHO E OUTRO(S) - MT006173**
RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA E OUTRO(S) - MT021387B**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. CONTRATOS BANCÁRIOS. POTENCIAL HOMOGENEIDADE DAS QUESTÕES OBJETO DE DISCUSSÃO NA AÇÃO JÁ ANALISADA ANTERIORMENTE POR ESTE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO PELA CORTE DE ORIGEM.

1. Dentre as várias questões objeto de impugnação da ação coletiva ajuizada pelo sindicato, suscita-se a ilegalidade da cobrança de comissão de permanência em cédulas de crédito rural, a abusividade/ilegalidade da cobrança de multa moratória superior a 2%, a abusividade da chamada comissão de reserva de crédito e do vencimento antecipado do contrato e, ainda, do excesso de garantia.

2. Plena aptidão de conhecimento da ação em face do potencial homogêneo das questões devolvidas na ação já reconhecida quando do julgamento do REsp nº 1.743.135/MT.

3. Impossibilidade de a Corte de origem rever a conclusão anterior, atribuindo-lhe, agora, nomenclatura diversa.

4. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo SINDICATO RURAL DE CAMPOS DE JÚLIO, com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA POR SINDICATO - REVISÃO DE CONTRATOS BANCÁRIOS - DIREITO INDIVIDUAL HOMOGENEO NÃO DEMONSTRADO - NÃO COMPROVAÇÃO DE OFENSA AO DIREITO DE UM GRUPO DE ASSOCIADOS -

INADEQUAÇÃO DA VIA PROCEDIMENTAL ELEITA - CARÊNCIA DE AÇÃO - EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL — RECONHECIMENTO EX OFFICIO COM OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 9 E 10 DO CPC/2015 - RECURSO PREJUDICADO.

O autor na Ação Civil Pública deve demonstrar ao menos que um grupo de pessoas está supostamente sendo lesado pelo fato de origem comum que se busca resguardar, sob pena de não ficar caracterizada a tutela de direitos individuais homogêneos.

A adequação da ACP à proteção de direitos individuais homogêneos depende da comprovação da predominância de questões comuns sobre as particulares e da utilidade da tutela coletiva ao caso concreto (Resp. 823.063/PR).

A pretensão para que seja declarada a nulidade de cláusulas contratuais sem a prova de que a mesma situação se estendeu a um grupo de pessoas descaracteriza a utilidade da ACP para o fim desejado e impõe que cada sindicalizado busque individualmente o seu direito.

Não se verificando a demonstração da homogeneidade do direito vindicado, a Ação deve ser extinta pois é inadequada a Ação Civil Pública para revisão individualizada de cada contrato.

Nas razões do especial, o recorrente alegou violação ao art. 81 da Lei 8.078/90, sustentando que, na qualidade de representante de seus associados, tem legitimidade para postular revisão de cláusulas contratuais em ação coletiva. Defendeu tratarem-se de direitos individuais homogêneos comuns a todos os contratos celebrados.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Necessário registrar que a questão atinente à legitimidade do sindicato para ajuizar ação coletiva revisional dos contratos firmados pelos sindicalizados com a instituição financeira demandada fora reconhecida no curso da presente ação quando do julgamento do REsp 1.107.839/MT, ocasião

em que reconheci:

"Colhe-se da petição inicial esgrimida pelo sindicato/recorrente contra o banco/recorrido que seu escopo é a declaração de nulidade de cláusulas contidas em Cédulas de Crédito Rural celebradas por seus representados, individualmente, e o banco/réu.

Irresigna-se, especificamente, o sindicato/recorrente com as disposições contratuais comuns a todos os contratos que dizem com o período de anormalidade da cobrança. Destaca a cobrança de comissão de permanência à taxa livre de mercado, cobrança de multa moratória de 10% sobre o valor do débito; cobrança de comissão de reserva de crédito; vencimento antecipado da dívida; reforço de garantia; excesso de garantias; contratação de seguro pela instituição financeira e às expensas dos representados pelo Sindicato/autor.

Com o devido respeito ao entendimento alcançado pelo Tribunal de origem, não se trata de discussão acerca de questões individuais heterogêneas, mas de questões individuais homogêneas, pois de interesse comum de todos os associados que assinaram os contratos atingidos pelo pedido de revisão formulado pelo Sindicato/autor.

O processo retornou à origem, tendo o juízo sentenciado, fazendo referência expressa ao anterior recurso especial (fl. 532 e-STJ):

Tocante à ilegitimidade ativa, a discussão se encontra superada nos autos, uma vez que a matéria foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.107.839 — MT, cuja ementa e voto se encontram colacionados às fis. 450-451, ocasião em que foi reconhecida a possibilidade de o Sindicato Rural de Campos de Júlio ingressar em Juízo em nome de seus afiliados e propor a revisão das cédulas de crédito rurais, haja vista o caráter de direito individual homogêneo da demanda.

No tocante à pretensão revisional, julgou em parte procedentes os pedidos:

Em face do exposto, com supedâneo no art. 269, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados, para declarar nulas as alíneas "A" e "C", da cláusula contratual sob o título "Inadimplemento", afastando, portanto a incidência da cobrança de comissão de permanência e reduzindo a multa contratual ao patamar de

2%, das cédulas de crédito nos 21/55001-8; 21/97189-7; 21/16001-5; 21/16000-7; 40/00674-3; 40/00650-6; 21/91710-8; 40/00649-2; e 21/91706-x, permanecendo intactas as demais estipulações das avenças.

Apenas o sindicato autor interpôs recurso de apelação contra a sentença, tendo o Tribunal de origem, de ofício, reconhecido a ausência de interesse processual e extinto o feito sem resolução de mérito.

A propósito (fl. 643 e-STJ):

Por se tratar de matéria de ordem pública, em atendimento aos artigos 9º e 10 do NCPC foi determinado que as partes se pronunciassem sobre a ausência de interesse processual na modalidade adequação, manifestando-se apenas o apelado às fls 536/540.

O art. 81 do CDC dispõe que a defesa dos consumidores poderá ser realizada individual ou coletivamente. Contudo nesta segunda hipótese é restrita aos interesses ou direitos individuais homogêneos, de origem comum.

Conclui-se então que a Ação Civil Pública não se presta a proteger direitos individuais subjetivos ou heterogêneos.

(...)

Contudo, a Ação Civil Pública não serve para tutelar os direitos individuais, como nos autos, já que se trata de tutela coletiva.

Dessa maneira, por não o meio adequado para revisão individual, caberia ao magistrado, verificando a não demonstração de direitos homogêneos, extinguir a Ação sem resolução do mérito, e não o julgamento individual de cada contrato.

Em que pese tenha mudado a nomenclatura da razão pela qual estaria a extinguir o feito sem resolução de mérito, tendo antes reconhecido a ilegitimidade ativa e, agora, a ausência de interesse processual, reconheceu, em verdade, novamente, *"que a Ação Civil Pública não se presta a proteger direitos individuais subjetivos ou heterogêneos."*

E continua o aresto recorrido:

Contudo, a Ação Civil Pública não serve para tutelar os direitos individuais, como nos autos, já que se trata de tutela coletiva.

Dessa maneira, por não o meio adequado para revisão

individual, caberia ao magistrado, verificando a não demonstração de direitos homogêneos, extinguir a Ação sem resolução do mérito, e não o julgamento individual de cada contrato.

Quando do julgamento do REsp nº 1.743.135/MT, esta Terceira Turma reconheceu a existência de suficiente homogeneidade nas questões objeto de discussão da ação, não podendo rediscutir-se a questão agora, sob nomenclatura diversa.

Na inicial, reafirmo o que já fora reconhecido na assentada anterior, dentre as várias questões contratuais impugnadas pelo sindicato, suscitou-se a ilegalidade da cobrança de comissão de permanência em cédulas de crédito rural, a abusividade/ilegalidade da cobrança de multa moratória superior a 2%, a abusividade da chamada comissão de reserva de crédito e do vencimento antecipado do contrato e, ainda, do excesso de garantia.

Ora, qual o contrato bancário que não prevê a cobrança de multa moratória ou ainda que, no mais das vezes, não prevê o vencimento antecipado do débito, ou mesmo a incidência de comissão de permanência?

Bastará para a análise dos pedidos e causas de pedir a refutação pela parte contrária, afirmando inexistir referida limitação, ou a possibilidade da cobrança de comissão de permanência, ou da comissão de reserva de crédito, ou ainda do vencimento antecipado para que se diga da legalidade/abusividade das referidas questões.

Uma vez alegada a já aplicação de multa nos moldes indicados na inicial ou a ausência de vencimento antecipado em todo e qualquer contrato celebrado com os substituídos processualmente ou, ainda, a inexistência de cobrança de comissão de permanência, a demonstração de que em ao menos um contrato houve a sua incidência é suficiente para a análise do mérito.

É desnecessária a juntada de todos os contratos celebrados. Aqueles que eventualmente contiverem as cláusulas revisadas serão alcançados pela decisão, questão a ser evidenciada posteriormente, quando da liquidação e cumprimento de sentença.

Nada há a inviabilizar o conhecimento destas específicas questões em sede de ação coletiva, pois a alegação é genérica, tem potencial de homogeneidade, e, assim, devem ser tratadas em sede de processo coletivo.

Reitero que a questão acerca do potencial coletivo das questões discutidas na ação já fora analisada por essa Corte Superior e, assim, não poderia ter sido revista pela Corte de origem, máxime a interposição de apelo apenas pela parte autora, tendo a parte ré se resignado com a sentença de parcial procedência!

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para reconhecer o interesse processual, determinando que se continue no exame do recurso de apelação.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator